

**EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR SIDNEY ESTANISLAU BERALDO –
DD. CONSELHEIRO RELATOR DO EGRÉGIO TRIBUNAL DE CONTAS DO
ESTADO DE SÃO PAULO.**

Ref.: TC nº 3059.989.20-2

Contas Anuais – Exercício de 2020

A **PREFEITURA MUNICIPAL DE ALVARES MACHADO**, representada por seus procuradores que ao final subscrevem, nos autos do TC em referência, vem, respeitosamente à presença de Vossa Excelência, em cumprimento ao r. Despacho de fls., apresentar as **Justificativas** em face do contido no relatório da auditoria dessa C. Corte, fazendo-o com fulcro no previsto pela Lei Complementar nº. 709/93, bem como, requerer a juntada dos documentos pertinentes à matéria em exame.

O processo em tela versa acerca do exame das Contas Anuais do Município de Alvares Machado relativas ao exercício de 2020, devidamente analisadas pelos órgãos técnicos desse Egrégio Tribunal.

A Auditoria dessa Egrégia Corte de Contas, ao elaborar o relatório referente ao resultado da inspeção “*in loco*”, apontou em sua conclusão algumas ocorrências que merecem esclarecimentos por parte da municipalidade.

Porém, antes de se fazer isso, ou seja, de se adentrar o mérito das questões indicadas pela zelosa auditoria, faz-se relevante registrar que, mesmo após ajustes promovidos pela auditoria, o município deu atendimento mínimo obrigatório nas políticas cruciais da administração pública, conforme quadro abaixo:

ITENS	
CONTROLE INTERNO	REGULAR
EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA – Resultado no exercício	3,39%
EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA – Percentual de investimentos	8,33%
DÍVIDA DE CURTO PRAZO	FAVORÁVEL
DÍVIDA DE LONGO PRAZO	FAVORÁVEL
PRECATÓRIOS - Foi suficiente o pagamento/depósito de precatórios judiciais?	SIM
PRECATÓRIOS - Foi suficiente o pagamento de requisitórios de baixa monta?	SIM
ENCARGOS - Efetuados os recolhimentos ao Regime Geral de Previdência Social (INSS)?	SIM
ENCARGOS - Efetuados os recolhimentos ao Regime Próprio de Previdência Social?	PREJUDICADO
ENCARGOS – Está cumprindo parcelamentos de débitos de encargos?	PREJUDICADO
TRANSFERÊNCIAS AO LEGISLATIVO - Os repasses atenderam ao limite constitucional?	SIM
LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL - Despesa de pessoal em dezembro do exercício em exame	48,41%*
LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL - Atendido o artigo 42, da LRF?	SIM
LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL - Atendido o artigo 21, II, da LRF?	SIM
ENSINO - Aplicação na Educação - art. 212 da Constituição Federal (Limite mínimo de 25%)	26,87%
ENSINO - Fundeb aplicado no magistério (Limite mínimo de 60%)	66,30%
ENSINO - Recursos Fundeb aplicados no exercício	99,14%
ENSINO - Se diferida, a parcela residual (de até 5%) foi aplicada até 31/03 do exercício subsequente?	SIM
SAÚDE - Aplicação na Saúde (Limite mínimo de 15%)	23,26%

*Com os ajustes da fiscalização.

Pois bem. Tais dados, extraídos do relatório da fiscalização, evidenciam a *regularidade e a responsabilidade do município no trato da coisa pública*; o bom uso dos recursos públicos pagos pelos contribuintes e o cumprimento do ordenamento jurídico vigente, cumprindo os principais objetivos avaliados por esta E. Corte no tocante à gestão orçamentária e financeira, além da operacional, restando falhas que não são suficientes à rejeição das Contas em exame, razão pela qual, desde já, pede-se, respeitosamente, a essa Colenda Corte de Contas, a emissão de parecer favorável à aprovação das contas do município de Alvares Machado.

Quanto aos demais apontamentos constantes do relatório da auditoria, esses não têm o condão de macular a regularidade das contas em análise e conseqüentemente a sua aprovação, por se constituírem, em sua maioria, de ocorrências de ordem formal, sanáveis ou já regularizadas, ou mesmo passíveis de esclarecimentos e aceitação.

É o que pretendemos demonstrar com estas justificativas, que pedimos, desde já, sejam processadas e acolhidas.

Convém ilustrar, a fim de tornar mais sucintas as alegações, que tomamos a liberdade de enfocar individualmente apenas os itens do relatório nos quais a douta auditoria haja apontado alguma possível irregularidade, permitindo, por desnecessário, passar ao largo dos demais itens, destarte, reputados regulares.

Seguem, portanto, os esclarecimentos e as considerações que se entendem pertinentes, apoiados pela inclusa documentação, na ordem relacionada em relatório de inspeção:

II -ESCLARECIMENTOS

PERSPECTIVA A: PLANEJAMENTO

ITEM A.2. IEG-M – I-PLANEJAMENTO

Arguiu a d. Fiscalização: *Para a elaboração do diagnóstico municipal não é levado em conta nenhum plano do governo federal ou estadual; □ As audiências públicas são realizadas em dia de semana em horário comercial (8 às 18 horas); □ Para a elaboração do diagnóstico municipal não é levado em conta nenhum plano do governo federal ou estadual; □ A Prefeitura Municipal realizou levantamentos formais dos problemas, necessidades e deficiências antecedentes ao planejamento. No entanto, os diagnósticos não serviram para as soluções e não estão materializados nas peças orçamentárias; □ A Prefeitura Municipal não ampliou a participação popular na elaboração das peças orçamentárias, visto que não disponibiliza aos cidadãos o serviço de coleta de sugestões pela internet; □ A LOA prevê abertura de créditos adicionais por decreto em percentual acima da inflação (até 20% da despesa fixada); □ A Prefeitura Municipal informou que NÃO analisa os seguintes aspectos no processo de acompanhamento e avaliação do planejamento: - Percepção de coerência, em todos os programas, do necessário encadeamento lógico-causal entre os insumos que mobiliza, os produtos/ações que gera, os resultados que provoca e os impactos esperados pela sociedade; - Avaliação entre os produtos ofertados à população e as reais demandas da sociedade, coletadas,*

principalmente, nas audiências públicas realizadas e nos demais instrumentos de diagnóstico dos problemas, necessidades e deficiências do município; □ Não houve elaboração da "Carta de Serviço ao Usuário" pela Prefeitura Municipal; □ Não houve regulamentação nem instituição do Conselho de Usuários.

De início, importante ressaltar que o Município de Alvares Machado vem empreendendo todos os esforços possíveis para melhora do índice e atingimento dos padrões considerados adequados por esta Egrégia Corte de Contas.

Aliás, uma das preocupações do Gestor Municipal é com o planejamento de suas ações. No caso do Município de Alvares Machado, esse assunto se torna ainda mais complicado quando há falta de pessoal capacitado, de equipamentos tecnológicos e principalmente de recursos financeiros. É um grande desafio.

Vale dizer, que é assunto que não se resolve da noite para o dia, demanda tempo, persistência e muita força de vontade. Nesse sentido, o Município está cada vez mais comprometido em planejar todos os setores, buscando cada vez a participação daqueles que usufruíram dos frutos desse planejamento.

Evidentemente não se quer aqui “tapar o sol com a peneira”, falta muito. O Município é onde as coisas acontecem, onde tudo é para hoje, quando não para ontem. Nesse sentido, o planejamento muitas vezes se torna apenas uma peça fictícia, mas por isso mesmo, imprescindível como instrumento de Gestão.

No que diz respeito à previsão na LOA de percentual acima do índice inflacionário, entende o Gestor que não há nada de irregular ou ilegal, o que não se pode é usar tal artifício para a burla da responsabilidade fiscal nem tão pouco desvirtuar o Orçamento planejado, o que não ocorreu no exercício.

O aprimoramento das Peças Orçamentárias e a sua compatibilização é um desafio que aos poucos está sendo parametrizado.

A criação de índices e metas apropriadas a realidade do Município e sua posterior análise é algo que estamos implantando a cada exercício.

Não se nega as dificuldades na compatibilização dos resultados com os índices, não por falta de vontade, mas invariavelmente pela inadequada fixação de indicadores, algo que é novo a nível Municipal.

Há grande comprometimento com a melhora desses assuntos, de modo que os apontamentos efetuados pela Fiscalização foram alvos de análises por toda equipe de gestão e discussões foram iniciadas para que providencias sejam tomadas no sentido de dar atendimento a todas as deficiências apontadas sejam implementadas.

Em relação a instituição do Conselho de Usuários esclarecemos que fora regulamentada pelo Decreto Municipal nº 2.957, de 15 de abril de 2021 (publicado no Diário Oficial Edição Nº 398, de 16 de abril de 2021), tendo como base a Lei Federal nº 13.460, de 26 de junho de 2017 (**Doc. 01**).

Inclusive, verifica-se do site da Prefeitura que foram abertas as inscrições para a seleção de membros do Conselho de Usuário dos Serviços Públicos Municipais:

<https://alvareshmachado.sp.gov.br/conteudo/Not%C3%ADcias/1589>.

O conselho será composto por dezoito membros titulares, acompanhados de seus respectivos suplentes, sendo representantes da sociedade e da Administração Municipal.

Os representantes dos usuários dos serviços públicos podem se inscrever nos seguintes eixos sociais: (a) cidadania; b) comunicação e cidade; c) educação e tecnologia; d) gestão pública; e) mobilidade urbana e segurança; f) saúde; g) esporte; h) sustentabilidade; i) zeladoria e obras.

Sem embargo das medidas que vêm sendo tomadas pela Prefeitura para atingimento dos padrões considerados adequados por este Colendo Tribunal, é certo que o índice de efetividade da gestão municipal serve somente como referencial de análise para o Tribunal de Contas e para os demais órgãos de controle, pelo que não pode servir, isoladamente, como fundamento para emissão de juízo desfavorável às contas prestadas pelas Prefeituras.

Corroborando tal entendimento, lembra-se que há diversos precedentes na jurisprudência dessa Corte de Contas nos quais o índice **IEG "i-PLANEJ"** atingido também foi o de letra **"C"**, mas ainda assim tal resultado não influenciou negativamente a formação do juízo de convicção dos Nobres Conselheiros deste Tribunal de Contas, visto que, em tais casos, foram emitidos pareceres favoráveis. Nesse sentido:

[...] **RELATÓRIO**

Cuidam os autos das contas anuais do PREFEITO DO MUNICÍPIO DE MIRANDÓPOLIS, Senhor Francisco Antônio Passareli Momesso, relativas ao exercício de 2015, inspecionadas por UR-15 / Unidade Regional de Andradina.

[...]

IEGM - Índice de Efetividade da Gestão Municipal		
I-EGM	B	Componentes de avaliação

[...]

i-PLANEJ.	C	Índice Municipal do Planejamento: Investimento, Pessoal, Programas e Metas
------------------	----------	--

[...]

Assim, acompanho os pronunciamentos de ATJ, Chefia de ATJ e MPC, e voto pela emissão de **parecer prévio favorável** às Contas do *Senhor FRANCISCO ANTÔNIO PASSARELI MOMESSO*, Chefe do EXECUTIVO DE MIRANDÓPOLIS no exercício de 2015. [...]

(TCE/SP. TC nº 002202/026/15. Relator: Conselheiro Edgard Camargo Rodrigues. Voto de 04.07.2017)

[...]

RELATÓRIO

Contas Anuais do CHEFE DO EXECUTIVO DO MUNICÍPIO DE PLANALTO, SENHOR ANDRÉ LUIZ SEVERINO DA SILVA, relativas ao exercício de 2015.

[...]

IEGM - Índice de Efetividade da Gestão Municipal		
I-EGM	B	Componentes de avaliação

[...]

i-PLANEJ.	C	Índice Municipal do Planejamento: Investimento, Pessoal, Programas e Metas
-----------	---	---

[...]

Assim, acompanho os pronunciamentos de ATJ, Chefia de ATJ e MPC, e voto pela emissão de **parecer prévio favorável** às Contas do *Senhor ANDRÉ LUIZ SEVERINO DA SILVA*, CHEFE DO EXECUTIVO DE PLANALTO no exercício de 2015.

[...]

(TCE/SP. TC nº 002230/026/15. Relator: Conselheiro Edgard Camargo Rodrigues. Voto de 18.04.2017)

[...] **RELATÓRIO:**

Em exame as contas do PREFEITO MUNICIPAL DE URÂNIA, referentes ao exercício de 2014. À vista das falhas anotadas pela Unidade Regional de Fernandópolis – UR-11 (fls.06/53) apresentou o Responsável, Sr. Francisco Airton Saracuzza, após notificação (fl.58), os seguintes esclarecimentos (expediente TC-000560/011/16 – fls.63/92):

[...]

IEGM - Índice de Efetividade da Gestão Municipal		
ÍNDICE	ASSUNTO	RESULTADO
[...]		
i-PLANEJAMENTO.	Índice Municipal do Planejamento:	C

	Investimento, Pessoal, Programas e Metas	
--	---	--

[...]

Nestas circunstâncias, acompanho Chefia de ATJ e Voto pela emissão de **parecer favorável** às contas do PREFEITO DE URÂNIA, relativas ao exercício de 2.015, nos termos do artigo 2º, inciso II da Lei Complementar nº 709/93 e do artigo 56, inciso II do Regimento Interno. [...] **(TCE/SP. TC nº 002274/026/15. Relator: Conselheiro Edgard Camargo Rodrigues. Voto de 06.06.2017)**

Assim, o Município de Alvares Machado espera que, na esteira dos precedentes supramencionados, o índice municipal de planejamento, aferido como inadequado, seja relevado ao campo das recomendações, eis que não pode ser considerado fator determinante para o juízo desfavorável por parte dessa Nobre Corte de Contas.

PERSPECTIVA B: GESTÃO FISCAL

B.1.8.1. DESPESA DE PESSOAL

Anotou a Fiscalização: • *Gastos com terceirização de mão de obra não contabilizados nas despesas de pessoal; Proposta de recomendação para regularização.*

Consta do relatório da n. fiscalização de contas: *“Diante dos elementos apurados, verificamos que a despesa total com pessoal não superou o limite previsto no art. 20, III, da Lei de Responsabilidade Fiscal.”*

Entretanto, relativamente à Despesa de Pessoal, a fiscalização classifica como terceirização de serviços gastos com profissionais contratados através do Consórcio Intermunicipal do Oeste Paulista – CIOP, para o desempenho de atividades típicas e rotineiras da administração, como subelemento “33903099 e 33933999”, ao invés de “3.3.90.34.00 – Outras

Despesas de Pessoal”, conforme determina o § 1º do artigo 18 da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Data vênua, o entendimento da Auditora não deve prosperar com relação à classificação das despesas, por quanto segue:

Segundo dispõe o § 1º do art. 18, da Lei Complementar 101/2000, apenas os contratos de terceirização de mão de obra que se referem especificamente à substituição de servidores (substituição de mão de obra) e empregados públicos serão contabilizados como "Outras Despesas de Pessoal".

No plano concreto, **os casos levantados não correspondem à substituição de mão de obra, não devendo, portanto, ser contabilizadas como gastos de pessoal para fins de apuração do índice final nos termos da LRF.**

Além disso, segundo o Manual Básico – Lei de Responsabilidade Fiscal do E. Tribunal de Contas do Estado de São Paulo:

Hoje, os limites de despesa de pessoal são previstos na Lei de Responsabilidade Fiscal – RFB, que, em seu art. 18, enumera vários gastos entendidos como de pessoal:

- ⇒ O montante despendido com terceirização de mão de obra que substitui servidores públicos. **Todavia, contratos intermediados por empresas não se inserem, às vezes, na despesa de pessoal;** é assim porque a relação empregatícia está sob a responsabilidade do particular, inexistindo qualquer vínculo jurídico com a Administração Pública. **Nesta situação, o Poder Público contrata um serviço pronto, acabado, fechado, sendo a mão de obra questão afeta, tão somente, ao contratado.**

O caso em análise enquadra-se na ressalva prevista no manual básico deste E. TCESP. Houve contratação para prestação de um serviço fechado, sendo o fornecimento de mão de obra de sua responsabilidade, não podendo se falar em substituição de servidores públicos, repisando novamente: não há nos quadros de servidores da Prefeitura os cargos destinados a realizar os atendimentos necessários, inclusive em razão dos altos custos envolvidos na contratação direta, os quais a Prefeitura não conseguiria fazer frente.

Portanto, correto o lançamento efetuado pela Prefeitura Municipal, e equivocada a interpretação pela inclusão dos gastos efetuados em “despesas com pessoal”, conforme entendido pela Auditoria.

No mais, não seria lícito a qualquer Ente, deixar de prestar serviços que estão incorporados às atividades básicas humanas, tais como saúde, educação, energia elétrica e saneamento, sob pena de estarem dando ao homem tratamento degradante ou desumano, que fragilize sua dignidade em afronta ao artigo 5º, III da Constituição Federal.

A falta ou má prestação dessa espécie de serviços, acaba por ir de encontro à concretização da terceira geração de Direitos Fundamentais, qual seja a dos Direitos de Solidariedade (Karel Vasak - 1979), também chamados de Direitos de Fraternidade, de onde salta uma de suas principais consequências, o direito ao meio ambiente que ofereça ao homem qualidade de vida e bem-estar.

Daí, com a vigência da Lei Federal nº 8.078 de 11 de setembro de 1990 - Código de Defesa do Consumidor, este veio a fulminar a essencialidade dos serviços públicos com efeitos jurídicos e coerção, pois para determinados tipos de prestação pelo Poder Público, não lhes adianta apenas a adequação, eficiência e segurança, mas sobremaneira a obrigação de continuidade da prestação essencial na forma do artigo 22 do Código de Defesa do Consumidor.

Sobre o assunto, abalizou o digno doutrinador Diógenes Gasparini ser o princípio da continuidade calcado na impossibilidade de paralisação do serviço público, segue:

“Os serviços públicos não podem parar, porque não param os anseios da coletividade. Os desejos dos administrados são contínuos. Daí dizer-se que a atividade da Administração Pública é ininterrupta.” (Direito Administrativo, 5ª ed., p. 15).

Desse modo, visando complementar a estrutura já existente no Município, a Municipalidade optou por realizar as contratações visando complementar os serviços garantidos pela Carta Magna.

Desse modo, o Município de Alvares Machado espera que referido apontamento seja relevado ao campo das recomendações, eis que não podem ser considerados fator determinante para a juízo desfavorável por parte dessa Nobre Corte de Contas.

B.1.9.2. CARGOS DE PROVIMENTO EM COMISSÃO INCOMPATÍVEIS COM O DISPOSTO NO INCISO V DO ARTIGO 37 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL

Anotou a Fiscalização: • *As atribuições descritas para os cargos comissionados não possuem características de direção, chefia e assessoramento (art. 37, V, da CF).*

Com a devida vênia, entende-se que os cargos em comissão em vigor atendem plenamente os requisitos legais. Inclusive porque houve recente reestruturação dos cargos por meio da Lei Complementar nº 28/2021, que altera dispositivos da Lei nº 2.612/2009, da Lei nº 2.723/2011 e dá outras providências **(Doc. 02)**.

Portanto, todos os cargos encontram amparo na exceção fixada pela CF/88, assim também o sendo em relação à Constituição. São, todos eles, sem exceção, de “direção, chefia ou assessoramento”,

preenchendo, pois, a exigência constitucional de liame de confiança e transitoriedade impostos à espécie.

Registre-se, por importante, que a forma de provimento do cargo é que está ligada ao requisito da “transitoriedade”. Por outro lado, a manutenção do servidor no cargo está ligada apenas ao requisito da confiabilidade que deve existir entre o ocupante do cargo e gestor público.

É dizer: Os cargos de provimento em comissão, ou seja, aqueles de “direção, chefia e assessoramento”, sempre existirão, não sendo, assim, transitórios. A transitoriedade diz respeito apenas e tão somente às pessoas que ocuparão referidos cargos, a depender do elo de confiabilidade que mantêm com o gestor público.

Rememore-se que as exceções previstas na CF/88, têm razão de ser. E nem haveria por que ser diferente. Objetivando evitar abusos praticados no passado, uma das Emendas a que se sujeitou a CF/88, foi taxativa ao limitar contrações para apenas e tão somente para as hipóteses de “direção, chefia e assessoramento”.

Quanto ao tema vale registrar que até por definição gramatical, os substantivos “direção”, “chefia” e “assessoramento”, significam:

- a) Direção - “arte ou efeito de Dirigir – Cargo de diretor; diretoria – Corporação presidida por um diretor – critério - norma – rumo”.
- b) Chefia, derivado de “chefe”, significa: “Cargo de chefe – o principal entre outros – aquele que exerce autoridade, dirige ou governa”.
- c) Assessoramento, derivado de “assessor”, significa: Adjunto – Assistente – Quem auxilia – Organismo que assessora”.

Numa ordem concatenada de raciocínio, conclui-se que “direção, chefia e assessoramento”, pela própria definição gramatical, são funções que, como requisito de validade, impõem a preexistência de uma

estrutura administrativa que possibilite um organograma funcional capaz de assegurar a organização do serviço de forma hierárquica.

Desta forma pugna-se pela regularidade do assunto.

B.3.1. ILUMINAÇÃO PÚBLICA

Arguiu a Fiscalização: • *O Município não instituiu a CIP – Contribuição para Custeio da Iluminação Pública.*

Cumprе esclarecer que o Chefe do Executivo não se esquivou de tal responsabilidade, já que foi protocolado na Câmara de Álvares Machado, com data de 30 de setembro de 2019, o Projeto de Lei Complementar nº 01/19, instituindo a CIP. Ocorre que referido projeto foi rejeitado por maioria do Plenário em 21/10/19. **(Doc. 03)**

De qualquer modo, essa desconformidade não é motivo para influenciar negativamente o juízo de convicção de Vossa Excelência, razão pela qual roga seja o apontamento relegado ao campo das recomendações.

PERSPECTIVA C: ENSINO

C.1. APLICAÇÃO POR DETERMINAÇÃO CONSTITUCIONAL E LEGAL NO ENSINO

No que diz respeito à implementação do serviço de psicologia educacional e de serviço social na rede pública escolar, nos termos da Lei nº 13.935, de 11 de dezembro de 2019, cumpre esclarecer que, por se tratar de lei promulgada no final de 2019, e que logo no início de 2020 veio a pandemia mundial de COVID-19, infelizmente por motivos alheios à vontade da gestão, não foi possível proceder com a implementação dos serviços.

Não seria demais lembrar que a pandemia mundial limitou os gastos públicos, voltando a atenção aos cuidados à saúde pública do município. Inclusive, foi adotado o ensino à distância aos alunos da rede pública de ensino, por meio do Decreto nº 2920/2020, sendo que em decorrência da volta gradual dos serviços públicos presenciais, o decreto nº 2.987/2021, determinou a volta gradual das atividades presenciais a partir de 02/08/2021 **(Doc. 04)**.

Tudo isso inviabilizou a implementação dos serviços de psicologia educacional e de serviço social na rede pública escolar naquele momento, considerando, inclusive, as limitações com gasto de pessoal impostas pela Lei Complementar nº 173/2020, regulamentadas pelo Decreto Municipal nº 2.902/2020 **(Doc. 05)**.

De qualquer modo, informamos que serão realizadas posteriores adequações para fins de regularizar a situação posta, bem como, considerando que se trata de apontamento adverso em período crítico mundial (pandemia - COVID-19), que foge ao controle de todos os gestores dos municípios espalhados pelo país, este não deveria servir de motivo para juízo de reprovação por parte da Colenda Corte de Contas, pelo que requer, desde já, seja relevado o apontamento formulado.

C.2. IEG-M – I-EDUC

Neste item, são os seguintes apontamentos: ☐ A Prefeitura Municipal possui mais de 10% do quadro de professores de creche como temporários e mais de 10% do quadro de professores de Pré-escola como temporários. ☐ A Prefeitura Municipal possui turmas de Pré-Escola com mais de 22 alunos, contrariando o recomendado pelo Conselho Nacional de Educação - CNE em seu Parecer nº 8, de 05 de maio de 2010. ☐ Nem todas as escolas dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental (1º ao 5º ano) possuem laboratórios ou sala de informática com computadores para os alunos da rede escolar municipal. ☐ A Prefeitura Municipal possui mais de 10% do quadro de professores dos Anos Iniciais como temporários. ☐ Nem todos os estabelecimentos que oferecem os Anos

Iniciais do Ensino Fundamental possuem Projeto Político Pedagógico atualizado.

□ *A Prefeitura Municipal possui turmas dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental com mais de 24 alunos por turma, contrariando o recomendado pelo Conselho Nacional de Educação - CNE em seu Parecer nº 8, de 05 de maio de 2010.*

□ *Menos de 50% dos estabelecimentos para os Anos Iniciais possuem turmas em tempo integral.*

□ *Menos de 25% dos alunos dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental (1º ao 5º ano) concluíram o ano letivo em período integral durante o exercício de 2020.*

□ *Nem todos os estabelecimentos de ensino da rede pública municipal possuíam Auto de Vistoria do Corpo de Bombeiros - AVCB vigente no ano de 2020.*

□ *Havia unidades de ensino que necessitavam de reparos em dezembro de 2020.*

□ *Nem todas as escolas da rede municipal possuem biblioteca ou sala de leitura.*

□ *Nem todas as escolas municipais compartilham espaços com a comunidade.*

□ *A Prefeitura Municipal não possui o número de nutricionistas recomendado no Art. 10 da Resolução do Conselho Federal de Nutricionistas - CFN nº 465, de 23 de agosto de 2010.*

□ *A Prefeitura Municipal não divulga o cardápio pré-estabelecido pela nutricionista em todas as escolas.*

O assunto teve total atenção do Gestor, de modo que ora junta-se aos autos manifestação da responsável da pasta sobre cada tópico mencionado **(Doc. 06)**, comprovando a eficiência na adoção de medidas efetivas pela atual gestão, que não tem medido esforços a parametrizar a situação posta ao longo dos anos.

Por todo o exposto, o apontamento ora formulado não teria o condão de macular o feito, merecendo em último caso, recomendações à origem.

PERSPECTIVA D: SAÚDE

D.2. IEG-M – I-SAÚDE

Anoutou as seguintes observações • □ *A Prefeitura Municipal informou que não apresentou os Relatórios dos 1º e 3º Quadrimestres de 2020 em audiência pública na Câmara Municipal dentro de prazo,*

contrariando artigo 36, § 5º, da Lei Complementar Federal nº 141, de 13 de janeiro de 2012. □ Nem todas as unidades de saúde (estabelecimentos físicos) possuem AVCB (Auto de Vistoria do Corpo de Bombeiros) ou CLCB (Certificado de Licença do Corpo de Bombeiros). □ Nem todas as unidades de saúde (estabelecimentos físicos) possuem alvará de funcionamento da Vigilância Sanitária, conforme Lei Federal nº 6.437, de 20 de agosto de 1977. □ Havia unidades de saúde que necessitavam de reparos em dezembro de 2020. □ Não houve utilização do Sistema OuvidorSUS ou sistema equivalente, contrariando o disposto no artigo 116 da Portaria de Consolidação nº 1 do Ministério da Saúde, de 28 de setembro de 2017.

No que se refere às propaladas inadequações dos quesitos do IEG-M Saúde, conforme referiu a fiscalização no relatório, o índice da Saúde foi considerado "efetivo". Essa qualificação atribuída certamente corrobora a boa gestão da saúde conduzida pela Administração Municipal de Alvares Machado no exercício em análise.

Além disso, o Município aplicou percentual mínimo em saúde e possui indicadores satisfatórios nos serviços de saúde.

De qualquer forma, seguem os esclarecimentos referentes aos temas levantados pela n. fiscalização de contas, para fins de comprovar a regularidade do feito.

A prefeitura realizou as **audiências públicas** nos dias 30/6/2020, referente primeiro quadrimestre; em 29/10/2020, referente ao segundo quadrimestre; e o terceiro trimestre em 23/02/2021. Estando o último quadrimestre em acordo ao artigo 36 § 5º da Lei complementar 141.

O município através de seu Departamento de Saúde adotou o Digisus Gestor como plataforma de trabalho e ferramenta para prestação de contas quadrimestrais ao Conselho Municipal e em Audiências públicas, por duas razões: a primeira técnica, que é a homologação do Indicador de Pactuação Inter-regional e a transferência de informações de Execução

Orçamentaria e Financeira pelo SIOPS não está ocorrendo em tempo hábil, não migrando para o DIGISUS EGESTOR, dificultando a emissão do relatório quadrimestral por completo, gerando muitos papéis que dificultam a demonstração via online; e, segundo, devido a pandemia não era possível fazer as reuniões presenciais.

No entanto a partir do último quadrimestre, estamos fazendo presencial, independente de número de pessoas presentes e do tipo de apresentação, com dois tipos de documentos utilizados, um retirado do sistema Digisus Egestor e o outro pelo financeiro emitido pelo sistema operacional contratado pela prefeitura e posteriormente estamos fazendo apresentação do conteúdo total via e-mail ao Conselho Municipal de Saúde para deliberação via WhatsApp.

Sobre o AVCB (auto de Vistoria do Corpo de Bombeiros), vamos fazer tomada de preço para contratação de serviço especializado, neste ano de 2021.

Com relação ao apontamento do Alvara da Vigilância Sanitária, em atenção a Lei Federal nº 6.437, convém esclarecer que todas as unidades estão em poder da Licença Sanitária, com validade até 03/08/2021.

Já os reparos das unidades Saúde estão sendo feito gradualmente, o que regulariza diariamente as pequenas inconsistências, que de maneira alguma levariam a eventual reconhecimento de macula às contas em exame.

Quanto à não utilização do Sistema OuvidorSUS ou sistema equivalente ou Referente ao Sistema OuvidorSUS, o governo de Álvares Machado já tem acesso as demandas enviadas pela DRS XI de Presidente Prudente, sendo que, até então, o sistema só permite que o município visualize e responda essas demandas, o que impossibilita de o município inserir uma reclamação no sistema.

A novidade é que este ano, o Estado está mapeando as ouvidorias do estado de São Paulo. O Subsistema Gestão Ouvidor SES/SMS foi modelado e desenvolvido para obter dados que permite conhecer os Serviços de Ouvidoria do SUS Municipais e identificar os Gestores que tem o interesse em implantar a Ouvidoria do SUS. O município de Álvares Machado despertou interesse e confirmou essa adesão no mês passado, em junho de 2021.

Assim, por enquanto, o município aguarda os próximos passos a serem enviados pela ouvidoria do estado, já que, atualmente, além do suporte do Sistema OuvidorSUS, o município de Álvares Machado conta com uma ouvidoria geral, por meio do site www.alvaresmachado.sp.gov.br, que permite que os munícipes façam suas solicitações com acompanhamento do número de protocolo.

Por todo o exposto, considerando que as pequenas inadequações verificadas com relação aos quesitos são meramente formais e certamente não têm o condão de inquinar as contas em exame, roga-se para que sejam elas relegadas ao campo das recomendações.

PERSPECTIVA E: GESTÃO AMBIENTAL

E.1. IEG-M – I-AMB

A Fiscalização apontou: ☐ Não existem ações e medidas de contingenciamento para os períodos de estiagem; ☐ A Prefeitura Municipal informou que não há ações e medidas de contingenciamento específicos para provisão de água potável nos seguintes setores: - Rede Municipal de Educação - Rede Municipal da Atenção Básica da Saúde; ☐ A Prefeitura Municipal não realizou a caracterização qualitativa e quantitativa dos resíduos sólidos urbanos gerados no município, identificando ainda sua origem, contrariando o estabelecido pelo artigo 19, inciso I, da Lei Federal nº 12.305, de 2 de agosto de 2010; ☐ O Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos (PMGIRS) não apresenta cronograma com as metas a serem cumpridas, contrariando o artigo 19, inciso XIV, da Lei Federal nº 12.305, de 2 de agosto de 2010; ☐ Nem todas as regiões do Município são atendidas pela coleta seletiva; ☐ A Área de

Transbordo e Triagem (ATT) informada pelo Município está em funcionamento sem licença de operação da Companhia Ambiental do Estado de São Paulo - CETESB, contrariando o Decreto Estadual nº 47.400, de 4 de dezembro de 2002.

Acionado, o Diretor da Divisão de Agricultura, Abastecimento e Meio Ambiente apresenta relatório com as justificativas aos apontamentos efetuados neste tópico. **(Doc. 07).**

Considerando que as pequenas inadequações apontadas são meramente formais e certamente não têm o condão de inquinar as contas em exame, roga-se para que sejam elas lançadas ao campo das recomendações.

PERSPECTIVA F: GESTÃO DA PROTEÇÃO À CIDADE

F.1. IEG-M – I-CIDADE

Sobre o IEGM I Cidade foram as seguintes observações: ☐ *A Prefeitura Municipal não promove a capacitação/treinamento de associações para atuação conjunta com os agentes municipais de Proteção e Defesa Civil, contrariando o disposto no artigo 8º, inciso XV, da Lei Federal nº 12.608, de 10 de abril de 2012;* ☐ *Não são realizadas ações para estimular a participação de entidades privadas, associações de voluntários, clubes de serviços, organizações não governamentais e associações de classe e comunitárias;* ☐ *A Prefeitura Municipal não possui Plano de Contingência Municipal – PLANCON de Defesa Civil;* ☐ *Nem todo calçamento público possui acessibilidade para pessoas com deficiência e restrição de mobilidade;* ☐ *Nem todo calçamento público possui acessibilidade para pessoas com deficiência e restrição de mobilidade;* ☐ *Nem todas as vias públicas pavimentadas estão devidamente sinalizadas (vertical e horizontalmente) de forma a garantir as condições adequadas de segurança na circulação.* ☐ *Nem todas as vias públicas no Município tem manutenção adequada.*

Acionado, o Departamento de Obras e Serviços Públicos apresenta as justificativas aos apontamentos deste item. **(Doc. 08)**, colocando-se à disposição para realizar as melhorias necessárias.

Considerando que as pequenas inadequações apontadas são meramente formais e certamente não têm o condão de inquinar as contas em exame, roga-se para que sejam elas lançadas ao campo das recomendações.

G.2. FIDEDIGNIDADE DOS DADOS INFORMADOS AO SISTEMA AUDESP

A equipe de fiscalização aponta em seu relatório algumas divergências entre os dados informados pela origem e os apurados pelo Sistema Audesp.

Com relação as divergências detectadas pela n. fiscalização, importante mencionar que a equipe responsável pelo sistema de software, tomou conhecimento dos apontamentos e juntamente com o Setor Contábil estão envidando esforços na verificação dos dados, para fins de parametrizar o necessário a estar em conformidade com o sistema AUDESP.

Sem embargo de todos esses argumentos, há que se reconhecer também que as inconformidades detectadas pela Auditoria em nada maculam a prestação de contas, já que detalhadamente consignados no relatório após análise da equipe de fiscalização.

Por todo o exposto, uma vez que a Municipalidade busca proceder à correção de erros encontrados nos lançamentos efetuados no AUDESP, pugna-se, desde já, pela relevação da incongruência em tela.

PERSPECTIVA G: TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

G.3. IEG-M – I-GOV TI

Sobre IGOV TI anotou o seguinte: ☐ A Prefeitura Municipal não definiu as atribuições dos servidores da área de Tecnologia da Informação; ☐ A Prefeitura Municipal não disponibiliza, periodicamente, programas de capacitação e atualização para os servidores de Tecnologia da Informação; ☐ A Prefeitura Municipal informou que não possui um Plano Diretor de Tecnologia da Informação (PDTI) vigente; ☐ A Prefeitura Municipal não possui e nem divulga documento formal que estabeleça procedimentos quanto ao uso da TI pelos servidores municipais, conhecido como Termo de Responsabilidade/Compromisso; ☐ A Prefeitura Municipal não possui um Plano de Continuidade de Serviços de TI; ☐ A Prefeitura Municipal não possui softwares para gestão de processos.

No que tange a este item, pedimos vênua, para anexar a manifestação do responsável pelo Setor (DOC. 09).

Finalmente, encerrando os itens relacionados ao Índice de Efetividade da Gestão Municipal (IEG-M), merece destaque a menção da Cartilha denominada Observatório do Futuro¹, editada por E. Tribunal de Contas, na qual são abordados o cumprimento e implementação dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, em parceria com a ONU.

Nessa Cartilha, nas fls. 09/10, sob o título “Os Agentes de fiscalização”, essa Corte preleciona que **os índices serão avaliados com base em vários objetivos, mas sem exceder o disposto pela Constituição Federal, bem como seguindo os princípios constitucionais que regem a Administração Pública, e ainda, da necessidade de monitoramento, com estudos e capacitação de servidores e dos agentes políticos, a fim de que os mesmos, sob orientação possam implementar os objetivos** e, o mais importante, a busca pelos resultados que devem ser

¹ Disponível no endereço eletrônico: https://www4.tce.sp.gov.br/observatorio/wp-content/uploads/sites/3/2018/01/CartilhaTCESPObservatorio_2018.pdf

alcançados até o ano de 2030, ou seja, um trabalho que sabe-se que levará tempo para seu efetivo alcance. Senão vejamos:

[...] O Tribunal de Contas e o PNUD (Programa das Nações Unidas para o desenvolvimento, braço direito da ONU responsável pelos ODS), firmaram, em 2017, um memorando de entendimentos para facilitar a colaboração e a troca de informações entre os dois órgãos.

[...] Nesse contexto, os ODS agora passam a fazer parte da lista de itens checados pelos auditores durante as fiscalizações. Obviamente, sem suplantam as regras constitucionais e legais que regem a administração pública. [...] (fl. 09) (grifos nossos)

[...] Para isso, o núcleo de monitoramento dos ODS desenvolverá estudos e atividades de capacitação de servidores, colaborando ainda na sistematização e divulgação de dados e boas práticas. [...] (fls. 10) (grifos nossos)

[...] A convergência entre os índices e os objetivos da Agenda 2030 é enorme. Dos 17 ODS internacionalmente definidos, 9 estão no IEGM. (...) o indicador será usado como ferramenta oficial da ONU para monitoramento da evolução da Agenda 2030 em todo o Estado de São Paulo. [...] (fls. 11) (grifos nossos)

Portanto, de acordo com todos esses entendimentos do Colendo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, fica evidente que as medidas para implementação desse novo instrumento de fiscalização levam tempo, exigindo, inclusive, capacitação e orientações, a fim de que as melhorias possam ser implementadas dentro dos parâmetros dessa C. Corte de Contas e levando em conta as necessidades e peculiaridades de cada Município.

Ainda sobre a questão dos índices IEGM, cumpre igualmente ressaltar que por meio de publicação no Diário Oficial da União de 26 de abril de 2018, entrou em vigência a Lei Federal nº 13.655/2018, que modificou o Decreto-Lei nº 4.657, de 4 de setembro de 1942, estabelecendo

novos parâmetros para julgamento de processos nas esferas administrativa, controladora e judicial.

Nesse sentido, considerando que nos termos da Constituição Federal os Tribunais de Contas são os Órgãos responsáveis pelo Controle Externo da Administração Pública, é evidente que as Cortes de Contas da Federação estão submetidas às novas normas de hermenêutica trazidas pela novel legislação.

Sendo assim, convém relembrar que desde a vigência das referidas alterações, nos termos do artigo 20² do Decreto-Lei nº 4.657, de 4 de setembro de 1942, os Tribunais de Contas não podem decidir com base em valores jurídicos abstratos, sem que sejam consideradas as consequências práticas da decisão, devendo a motivação da decisão demonstrar a necessidade e a adequação de eventual medida imposta.

Do mesmo modo, nos termos do artigo 22³ do mesmo Decreto-Lei, na interpretação de normas sobre gestão pública, os Órgãos de Controle deverão considerar os obstáculos e as dificuldades reais do gestor e as exigências das políticas públicas a seu cargo, sem prejuízo dos direitos dos administrados.

Considerando essas novas disposições, roga a esta Colenda Corte de Contas, que, ao examinar os autos, leve em consideração os efeitos práticos de sua decisão, os obstáculos e as dificuldades reais do gestor e as exigências das políticas públicas a seu cargo e, assim fazendo, releve possíveis desconformidades de natureza meramente formal que em nada prejudicaram a regularidade das contas.

² Art. 20. Nas esferas administrativa, controladora e judicial, não se decidirá com base em valores jurídicos abstratos sem que sejam consideradas as consequências práticas da decisão.

Parágrafo único. A motivação demonstrará a necessidade e a adequação da medida imposta ou da invalidação de ato, contrato, ajuste, processo ou norma administrativa, inclusive em face das possíveis alternativas.

³ Art. 22. Na interpretação de normas sobre gestão pública, serão considerados os obstáculos e as dificuldades reais do gestor e as exigências das políticas públicas a seu cargo, sem prejuízo dos direitos dos administrados.

Outrossim, é certo que o índice de efetividade em comento serve apenas como referencial de análise para o Tribunal de Contas e para os demais órgãos de controle, de modo que o atingimento, ou não, dos níveis compreendidos como adequados por essa Nobre Corte de Contas não pode servir, isoladamente, de fundamento para emissão de juízo desfavorável às contas prestadas pelas Prefeituras, mesmo porque tal índice não encontra amparo no princípio da legalidade, eis que foi uma iniciativa exclusiva dessa Nobre Corte de Contas.

Por todo o exposto, pede e espera que seja relegado ao campo das recomendações o conteúdo dos apontamentos relativos ao IEG-M.

PERSPECTIVA H: OUTROS ASPECTOS RELEVANTES

ITEM H.2. ATENDIMENTO À LEI ORGÂNICA, INSTRUÇÕES E RECOMENDAÇÕES DO TRIBUNAL DE CONTAS

Segundo a Fiscalização: • *Atendimento parcial às recomendações desta Corte de Contas, exaradas nas contas de 2015 e 2016.*

Em que pese o apontamento da Fiscalização, informamos que todas as providencias estão sendo adotadas para o cumprimento das recomendações desta Corte de Contas, pelo que desde já, pedimos a relevação da falha, por não constituir motivo para rejeição das Contas em exame.

Registre-se que a Prefeitura Municipal sempre se esforça ao máximo para atender à lei orgânica, instruções e recomendações desse E. Tribunal, sendo que para alguns casos esta praxe não foi observada o fato se deu por absoluta impossibilidade de cumpri-las cabalmente.

Do mais, se alguma falha persiste neste item é possível extrair das decisões desse E. Tribunal que esta não tem o condão de macular as contas ora examinadas, podendo ser levada para o campo das

recomendações (vide processos TC – 3373/026/06, TC – 3501/026/06, TC – 2096/026/07. TC – 2075/026/07, TC – 2065/026/07, dentre outros). E ainda:

“TC-002235/026/07

Prefeitura Municipal: Coronel Macedo Exercício: 2007
(...) *A Primeira Câmara do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, em sessão 9 de dezembro de 2008, pelo voto dos Conselheiros Cláudio Ferraz de Alvarenga, Relator, Edgard Camargo Rodrigues Presidente, e Antonio Roque Citadini, acorda, na conformidade das correspondentes notas taquigráficas, emitir parecer favorável às contas da Prefeitura. Ressalva as falhas subsistentes nos itens (...) "desatendimento às instruções e recomendações do Tribunal", cuja efetiva regularização recomenda. (...) Publique-se. São Paulo, 13 de janeiro de 2009. Edgard Camargo Rodrigues - Presidente Cláudio Ferraz de Alvarenga – Relator” (Publicado no DOE 17 de janeiro de 2009).*

Por todo o exposto, pede e espera que seja lavado ao campo das recomendações o conteúdo dos apontamentos formulados.

III- CONCLUSÃO

Diante do exposto e da documentação acostada aos autos, espera a Prefeitura Municipal de Alvares Machado ter esclarecido plenamente as notas formuladas pela Fiscalização e, considerando o que mais consta do Relatório, entendemos ter sanado todas as dúvidas acerca da matéria avençadas nas *Justificativas*.

Portanto, diante da licitude dos procedimentos adotados, requer a municipalidade sejam conhecidos os presentes esclarecimentos, concluindo-se, ao final, pela integral regularidade das Contas Municipais apresentadas, sendo produzido ***Parecer Favorável*** acerca da matéria.

Termos em que,
Pede e espera deferimento.

São Paulo, 28 de setembro de 2021.

Aline Grazielle Fleitas Cano
OAB/SP nº 351.475

José Américo Lombardi
OAB/SP nº 107.319